

12 – PAISAGEM URBANA: PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

12.2 – PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

12.2.1 – INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O trabalho aqui apresentado refere-se ao diagnóstico do patrimônio arqueológico e ao potencial arqueológico nas áreas do empreendimento de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Utilizaremos fontes bibliográficas para demarcar manchas das ocupações¹ humanas que se fixaram ao longo dos séculos, nas áreas do empreendimento.

A partir dessas fontes, serão confeccionadas plantas com áreas de ocupação dos diversos grupos humanos a fim de subsidiar pesquisas arqueológicas posteriores. Por meio dessas plantas, poderemos visualizar as ocupações temporais dos grupos sociais nas áreas onde as obras serão realizadas.

Para tanto, iniciaremos os estudos de diagnóstico e de potencial arqueológico, tratando sobre arqueologia e, posteriormente, sobre a legislação pertinente. Em seguida, iremos trabalhar com as fontes bibliográficas da cidade do Rio de Janeiro e apresentaremos, ao final do trabalho, as propostas de medidas para minimizar os impactos aos bens arqueológicos da área diretamente afetada – ADA. E ainda, disponibilizaremos as plantas com as demarcações das manchas de sobreposição da história de ocupação humana.

12.2.1.1 – Apresentação das áreas do Empreendimento

O trabalho se refere ao diagnóstico e ao potencial arqueológico na Área de Especial Interesse da Região Portuária do Rio de Janeiro, envolvendo os bairros do Caju, Saúde, Santo Cristo, Gamboa e partes do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova, tendo em vista existência de um projeto de revitalização da área, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio.

Os locais que poderão sofrer os impactos com o empreendimento são assim divididos para arqueologia:

1. **Área diretamente afetada (ADA):** do entroncamento da Av. Alfred Agache com a Av. Presidente Vargas seguindo por esta, incluindo apenas o lado par, até a Rua Visconde de Itaboraí; por esta, incluída, até a Rua Visconde de Inhaúma; por esta,

¹ Para esse trabalho entendemos ocupação como sobreposição de ocupações humanas ou dos diversos grupos sociais ao longo dos séculos.

incluída, até o cais do 1º Distrito Naval; seguindo por este, incluído, até a Praça Mauá; por esta, incluída, até a Avenida Rio Branco; por esta, incluindo apenas o lado par, até a Avenida Presidente Vargas, por esta, incluindo apenas o lado par, até o Canal do Mangue; por este, incluído, até a Rua Francisco Eugênio; por esta, incluído apenas o lado par, até a Rua Melo e Souza; por esta, incluído o lado ímpar, até encontrar a Av. Pedro II. Deste ponto por uma linha reta até encontrar a divisa dos imóveis do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR-EX) e do Hospital Frei Antônio, excluídos. Deste ponto por uma linha reta até encontrar a Praça Mário Nazaré; por esta, incluída, até encontrar a Rua São Cristóvão; por esta, incluindo apenas o logradouro, até encontrar a Rua Figueira de Melo. Deste ponto, retornando pela Rua São Cristóvão, incluindo apenas o logradouro, até a Av. Brasil; seguindo por esta, incluindo apenas o lado par, até encontrar a Rua Sá Freire. Deste ponto, retornando pela Av. Brasil, incluindo apenas o logradouro, até a Rua Ver. Odilon Braga; seguindo por esta até encontrar a Av. Rio de Janeiro. Deste ponto por uma reta, perpendicular ao Cais do Porto, até a Baía de Guanabara. Deste ponto por uma linha costeira junto ao Cais do Porto, incluído, até o Píer Mauá, incluído. Deste ponto seguindo por uma linha costeira junto ao cais do 1º Distrito Naval até o ponto de partida. Essa área será exatamente onde ocorrerão os impactos da implantação e da operação do empreendimento.

2. **Área de influência direta (AIA):** *são os locais ao redor da ADA. Essa área por ser limítrofe à ADA sofrerá impacto direto das obras e da operação do empreendimento, podendo ser encontrado um sítio que ultrapasse o limite da ADA. A AIA está assim definida: Percorre a Perimetral até o Museu Histórico Nacional contornando-o até a Avenida Antonio Carlos, seguindo esta até a Rua 7 de Setembro, seguindo-a até a Praça Tiradentes contornando-a até a Rua da Carioca, incluindo a Rua Visconde de Rio Branco, incluindo a Rua Frei Caneca, incluindo a Rua Estácio de Sá até o entroncamento com a Rua do Bonfim, seguindo-a até a Perimetral - ponto de partida.*

12.2.1.2 – Justificativa

Conforme a resolução CONAMA 001/1986, deve constar no Estudo de Impacto Ambiental, o diagnóstico do patrimônio arqueológico, a fim de serem verificados os impactos que esses bens poderão sofrer durante a implantação e a operação do empreendimento, verificando-se a partir dos estudos, a viabilidade de sua implantação. A partir da viabilidade da instalação

do empreendimento, deverão haver medidas para minimizar os impactos que o empreendimento poderá causar.

Dessa forma, o estudo em questão se refere ao diagnóstico do patrimônio arqueológico, bem como, ao potencial arqueológico da área. Esse trabalho subsidiará as pesquisas vinculadas aos empreendimentos de revitalização da região do Porto da cidade do Rio de Janeiro e embasará medidas para minimizar os possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.

O reduzido número de sítios arqueológicos registrados no IPHAN na área do empreendimento (AID e ADA), um total de 10 (dez), não corresponde ao intenso uso e mudanças ocorridas na região ao longo dos séculos, o que justifica a necessidade de maiores pesquisas arqueológicas na região.

Como a ADA, que abrange os bairros de Santo do Caju, Saúde, Santo Cristo, Gamboa, partes do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova, sofreu grandes transformações antrópicas, também foi palco das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no Rio de Janeiro e de importância para todo o país. Assim, acreditamos que a pesquisa arqueológica só irá aumentar o conhecimento sobre as sucessivas ocupações da região.

Além disso, os resultados e práticas provenientes da pesquisa arqueológica, ao serem divulgados para o grande público, poderão sensibilizá-los para a preservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindíveis trabalhos de Educação Patrimonial durante as etapas de pesquisa arqueológica.

12.2.1.3 – Objetivos

- Diagnosticar os sítios arqueológicos da ADA e AIA.
- Fazer um estudo a partir de fontes bibliográficas da cidade do Rio de Janeiro.
- Elaborar plantas ilustrativas da ocupação humana na AIA e ADA ao longo do tempo.
- Visualizar os sobrepostos de ocupação dos diferentes grupos sociais e as transformações espaciais na AIA e ADA.
- Propor medidas para minimizar impactos causados pelo empreendimento ao patrimônio arqueológico.

12.2.2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para subsidiar a pesquisa arqueológica, iremos nos basear em fontes bibliográficas da história de ocupação do Rio de Janeiro, contemplando a AII, no entanto, iremos nos aprofundar na AIA e ADA. Essa revisão será feita a partir dos autores: SEDA, P. (2003); BESSA, J.R. e MALHEIROS, M.F. (1997); CAVALCANTI, N., ABREU, M. e CARDOSO, E.D. *et al.*

O contexto histórico irá subsidiar a confecção de plantas de sobreposição da ocupação dos diversos grupos sociais e das transformações espaciais que ocorreram na área do empreendimento, a fim de visualizar os sobrepostos de ocupação da área, optando pelo critério temporal.

Essas plantas serão delimitadas a partir de manchas da história dessas ocupações nas áreas do empreendimento. Essas irão abarcar a ADA, mas sempre que as referências bibliográficas nos levarem além desses limites, iremos ultrapassá-los até a AIA. Assim, as plantas ilustrativas de ocupação dos diversos grupos sociais irão contemplar a ADA e a AIA.

Para a confecção da planta, as manchas serão delimitadas a partir dos períodos iniciais de ocupação humana que conseguiremos abordar no levantamento bibliográfico e das mudanças que ocorreram na cidade dentro da ADA do empreendimento.

Utilizaremos manchas coloridas para marcar as áreas que foram ocupadas pelos grupos humanos que se fixaram nesse local ao longo dos séculos (temporal). Foi chamada de mancha, pois não conseguimos ter uma delimitação geográfica exata desses locais.

Sabemos que a partir da metodologia adotada para a confecção das plantas (consulta de fontes bibliográficas), que privilegiou o critério de temporalidade, deixaremos de fora alguns aspectos relevantes para a ocupação espacial de um determinado local. Considerando essas opções, partilhamos das questões e problemas colocados por Julia WP na apresentação da *Carta de Potencial Arqueológico da Cidade do Rio de Janeiro. Etapa 1: Centro da Cidade, do século XVI ao XX*², na qual aponta a dificuldade de:

(...) localizar na cidade um número de atividades sócio-culturais, como, por exemplo, festas, folias, danças, músicas, procissões, tradições, costumes, ações de resistência, trabalho dos escravos de ganho ou a organização dos grupos étnicos africanos, bem como a de outros grupos 'esquecidos' pela história consagrada, que muitas vezes não têm demarcação espacial definida ou limitada a um único edifício (...).

² XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Belém / PA, setembro de 2009.

Também é importante ressaltar que não iremos abarcar toda história do Rio de Janeiro a partir das fontes bibliográficas, nem das plantas. Essas fazem parte de um estudo preliminar que poderá subsidiar estudos mais aprofundados e pontuais, considerando que a história é dinâmica, em constante transformação e sempre sujeita a revisões, conforme diversas interpretações. Com isso, concordamos mais uma vez, com a mesma apresentação de Julia WP, que acrescenta:

(...) é importante destacar a inviabilidade de se contemplar toda a história do Rio de Janeiro em mapas ilustrativos não apenas pelas dificuldades na transposição do conteúdo histórico a um suporte cartográfico, mas pelo próprio dinamismo da produção historiográfica, com constantes revisões e divergências entre pesquisadores. Soma-se a isso o desconhecimento por parte dos historiadores e demais estudiosos de outros processos, grupos e vivências presentes no cenário urbano, confirmando a idéia de que toda e qualquer tentativa de se escrever uma história total é uma ilusão. Assim, cabe ressaltar que os mapas não são a história da cidade, mas consistem em interpretações possíveis conforme os estudos de diferentes pesquisadores.

Trouxemos à tona as afirmações apresentadas no Congresso, pois achamos importante esclarecer que uma planta ou mapa não contará a história de um determinado local, nem será uma história total, indiferente da metodologia adotada.

Cabe ressaltar ainda, que as futuras pesquisas arqueológicas poderão utilizar o presente estudo para trabalhos posteriores na área, o que gera, automaticamente, mais conhecimento em relação a essas áreas. Assim, lacunas deixadas pela história poderão ser preenchidas, bem como, novos conhecimentos a partir de sua metodologia que será relatada posteriormente.

Foram levantados para o diagnóstico, os sítios arqueológicos registrados no IPHAN-Rio de Janeiro para a AIA e ADA. Esse levantamento foi realizado a fim de confeccionarmos uma planta que contenha os sítios arqueológicos registrados. Essa informação é de extrema relevância, pois o reconhecimento do sítio vem a partir desse registro. Apesar de todos os sítios arqueológicos serem bens da União, o registro equivale ao reconhecimento oficial de sua existência.

Como esse diagnóstico arqueológico faz parte de um estudo de impacto ambiental, também abriremos um ítem para uma breve discussão da legislação arqueológica, uma vez que achamos importante levantarmos os instrumentos de proteção do patrimônio.

12.2.3 – SITUAÇÃO ATUAL

12.2.3.1 – Conceito de Arqueologia aplicado

A arqueologia é uma ciência que estuda o comportamento humano, o cotidiano, o espaço, as relações sociais, entre outros aspectos através da cultura material, utilizando-se de métodos de estudo específicos da disciplina.

Para Trigger (2004, p. 18 e 19), a arqueologia é uma ciência social no sentido de que:

A arqueologia (...) procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém, ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrário dos historiadores também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos. A arqueologia infere comportamento humano, e também idéias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material.

A arqueologia possui metodologias e técnicas específicas para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica. Conforme aponta Najjar (2005, p. 13):

(...) a arqueologia não é um ramo auxiliar da história nem uma técnica: é uma ciência e dispõe de procedimentos teórico-metodológicos próprios. A arqueologia, portanto, é uma disciplina científica e, como tal, compreende uma série de etapas de pesquisa que devem ser cumpridas, a saber: formulação de problemas (hipóteses, levantamentos e estudos de viabilidade); implementação (licenças, logística); obtenção de dados (levantamentos, escavação); processamento dos dados (limpeza, conservação, catalogação, classificações); análise dos dados (questões temporais e espaciais); interpretação (aplicação da opção teórica); publicação e, nos casos indicados restauração.

Quando falamos de arqueologia, muitas vezes nos remetemos somente à pré-história, como campo de atuação do arqueólogo. No entanto, conforme aponta Najjar (2005, p. 17), a arqueologia histórica se estabeleceu na década de 1960 com os primeiros estudos sistemáticos de ruínas do século XVI de aldeias espanholas e missões jesuíticas.

Constata-se então, que houve um alargamento no campo da pesquisa arqueológica, não se restringindo somente a pré-história. Conforme a definição do norte americano Orser, traduzido em 1992 (p. 23):

(...) a definição de arqueologia histórica que está emergindo atualmente é a que define a arqueologia histórica como o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje.

A área de implantação do projeto de revitalização do Porto do Rio de Janeiro será realizada em área urbana bastante antropizada. Serão implantados vários empreendimentos com a finalidade de revitalizar a região. Haverá melhorias de vias, necessitando de alargamento das ruas, demolição da Perimetral etc.; em outras áreas haverá, desde a demolição de casas para reutilização do espaço, bem como, a restauração de outros imóveis, entre outras intervenções. A partir do exposto, as obras na ADA serão variadas em diferentes dimensões e escalas. Dessa forma, os sítios arqueológicos que porventura se encontrem na área poderão ser destruídos com o revolvimento de solo.

Dentro desse contexto, gostaríamos de chamar atenção para arqueologia urbana. Tochetto e Thiesen (2007, p. 178) explicam que:

Vários autores têm apresentado a discussão sobre o fazer da arqueologia *na e da* cidade. No primeiro caso, os sítios são considerados isoladamente, sendo a cidade apreciada como ambiente no qual estão inseridos, o que abarcaria, além de sítios de ocupação histórica, os de pré-histórica. No segundo, a cidade passa a ser considerada ambiente e objeto da pesquisa, onde as manifestações arqueológicas são tratadas como componentes de um sistema amplo e integrado.

E acrescentam (2007, p. 178) que “independentemente da orientação teórica adotada, os meios urbanos apresentam alta densidade de estruturas e de artefatos, resultado da dinâmica e contínua ocupação humana nos territórios que delimitam os tecidos urbanos”.

As autoras, nesse mesmo artigo, abordam a questão da importância de ações para a

integração dos moradores locais com a pesquisa arqueológica, para que haja valorização por parte destes ao patrimônio arqueológico, bem como, sua efetiva preservação. “(...) qualquer projeto de preservação do patrimônio, seja ele arqueológico, histórico, natural, etc., possui como condição indispensável de êxito a consciência do cidadão do valor desse patrimônio. (2007, p. 189)

Nesse sentido, a Portaria 230/2002, coloca que os projetos de arqueologia para os empreendimentos, devem contemplar a educação patrimonial.

A pesquisa arqueológica a ser desenvolvida na área da revitalização do Porto do Rio de Janeiro atende aos conceitos aqui levantados. Assim, a pesquisa arqueológica torna-se imprescindível para a produção de conhecimento da região, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a população e, principalmente exercendo o papel social de memória e identidade da população. “A arqueologia em meio urbano, preocupada com o cumprimento do seu papel para com a sociedade, como ciência social, possibilita a restituição de sentido aos bens materiais relacionados à trajetória das cidades, provocando a apropriação destes e a construção de memórias”. (2007, p. 193)

12.2.3.2 – Legislação aplicada à preservação do Patrimônio Arqueológico

Para a preservação³ do patrimônio arqueológico, existe tanto uma legislação específica quanto legislações que contemplam o patrimônio como um todo. Dentro do universo de normas legais de preservação de patrimônio, podemos citar para a preservação do patrimônio arqueológico: o Decreto-lei nº 25/37, a Lei nº 3.934/61, a legislação de bens móveis e a legislação ambiental, a Constituição Federal, as normas internacionais, dentre outras. Temos que considerar também as Portarias emitidas pelo IPHAN, único órgão responsável pela fiscalização e gerenciamento do patrimônio arqueológico.

Quando a Lei nº 3.924/61, também conhecida como lei de arqueologia, foi criada, a intenção era preservar os bens em detrimento da exploração econômica. No entanto, antes dela já havia a Recomendação da UNESCO sobre arqueologia em 1956 – Carta de Nova Delhi –

³ Há vários conceitos de preservação. Para esse trabalho utilizaremos o de CASTRO (1991) “Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado, que sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica.” (p. 5)

somente 5 anos antes da promulgação da Lei nº 3.924/61. Essa recomendação define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de Pesquisas Arqueológicas.

Anteriormente à criação e à promulgação da Lei de Arqueologia, além dessa preocupação internacional, também havia esforços no Brasil para a proteção dos sítios arqueológicos, como Pinheiro da Silva escreve sobre essa trajetória em seu artigo intitulado *Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61*, publicado na Revista do Patrimônio nº 33.

Todos os monumentos arqueológicos e pré-históricos ficam sob a guarda e proteção do poder público, após a promulgação da Lei nº 3.924/61. Em 1988, a Constituição Federal a reitera e, ainda acrescenta que são bens da União: “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos”.

A Lei nº 3924/61 estabelece ainda os requisitos básicos para a fiscalização dos bens arqueológicos e da pesquisa arqueológica no Brasil, no entanto, o IPHAN, órgão federal responsável pela salvaguarda desse bem, a fim de aprimorar a fiscalização, cria a Portaria 07, de 01 de dezembro de 1988. A partir das considerações vistas na referida portaria, esta resolve no artigo 1º “estabelecer os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961”.

No entanto, mesmo antes da Constituição Federal e da Portaria 07/88, há a promulgação da Resolução do CONAMA nº 001/86, que “considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente” resolve quais empreendimentos necessitam de Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bem como, as diretrizes para a elaboração desse estudo.

Dentre os pré-requisitos para a confecção do EIA, o patrimônio arqueológico é contemplado na resolução, no artigo 6º, alínea c, no meio sócio-econômico que diz:

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

(...)

c) o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os **sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade**, as relações de dependência entre a sociedade local, os

recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. [grifo nosso]

Retornando à Portaria 07/88, esta estabelece no art. 5º as informações que devem compor os pedidos de permissão/autorização para a realização de pesquisas arqueológicas encaminhadas ao IPHAN. No art. 11º consta a lista de informações que deverão compor os relatórios enviados ao IPHAN para o acompanhamento dos projetos arqueológicos desenvolvidos em todo o território nacional. Essa Portaria é válida, ainda hoje, para qualquer trabalho arqueológico desenvolvido no Brasil.

Assim a Portaria 07/88 continua regulamentando as pesquisas arqueológicas, no entanto, o IPHAN cria duas Portarias específicas voltadas para a pesquisa arqueológica ligada às obras de impacto ambiental, são elas: a Portaria 230/2002 e a Portaria 28/2003.

Cabe aqui observar que, embora haja portarias específicas para pesquisa arqueológica voltada ao licenciamento ambiental, todos os projetos arqueológicos, devem possuir um caráter científico, tal qual, regulamenta a Portaria 07/88. Com isso, os projetos arqueológicos voltados ao licenciamento ambiental, também devem possuir a preocupação científica da pesquisa.

A Portaria 230/2002, regulamenta os procedimentos arqueológicos a serem realizados durante as fases de licenciamento ambiental, com o objetivo de:

(...) compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, e

Considerando a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, faz se saber que são necessários os procedimentos abaixo para obtenção das licenças ambientais em urgência ou não, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país (...)

Também cabe observar que esta Portaria prevê no Art. 6, § 7º que as pesquisas arqueológicas relacionadas aos licenciamentos ambientais, implicam minimamente em alguns trabalhos.

§ 7º O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

A Portaria define as responsabilidades do empreendedor e do arqueólogo contratado no desenvolvimento da pesquisa, assim como alguns dos procedimentos mínimos para a preservação do patrimônio arqueológico em todas as fases do licenciamento.

A Portaria 28/2003, apesar de não ser aplicada para o empreendimento em questão, será citada por tratar de legislação específica de arqueologia e licenciamento ambiental. Assim, ela estabelece normas específicas para a realização de estudos arqueológicos no momento da renovação da licença ambiental de operação para Usinas Hidrelétricas, que não contemplaram os estudos arqueológicos atualmente exigidos.

Além da legislação federal de preservação do patrimônio arqueológico, a cidade do Rio de Janeiro, também possui legislação específica para a preservação do patrimônio arqueológico no meio urbano.

Então na esfera municipal temos o Decreto Municipal nº 22.872, de 07 de maio de 2003, “cria a Obrigatoriedade da Pesquisa Arqueológica nas Obras de Intervenção Urbana”.

O Decreto Municipal n.º 22.873, de 07 de maio de 2003, que “cria a Carta Arqueológica do Município do Rio de Janeiro”, para “garantir a preservação dos sítios arqueológicos como legado as gerações futuras e proteger este potencial cultural para que seja estudado (...)”.

A partir do levantamento da legislação de preservação do patrimônio arqueológico, constatamos o quanto é essencial para o EIA/RIMA o diagnóstico do patrimônio arqueológico na área de intervenção do empreendimento, bem como o potencial arqueológico, pois há uma preocupação do poder público na preservação desse patrimônio.

12.2.3.3 – Sítios arqueológicos e pesquisa arqueológica

Até o momento estão registrados 130 sítios arqueológicos no município do Rio de Janeiro, segundo dados levantados no IPHAN-Rio de Janeiro e no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), disponibilizado no sítio eletrônico do IPHAN.

Dentro desse total, na AIA há 05 (cinco) sítios arqueológicos registrados no centro e 01 (um) registrado no Bairro de São Cristóvão. São eles:

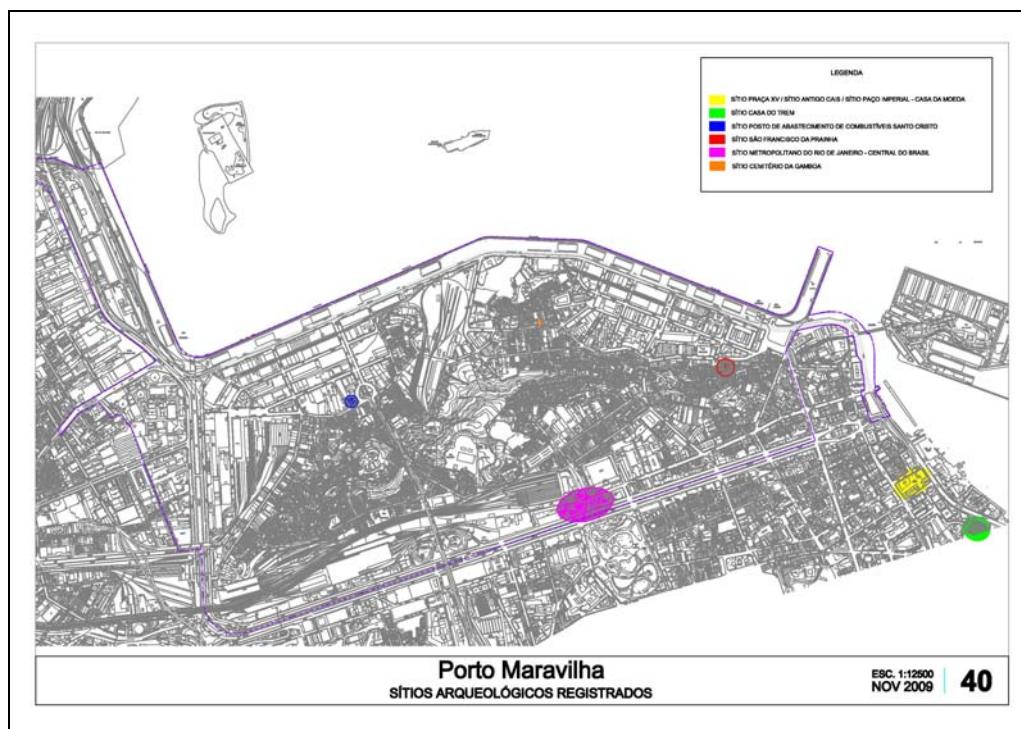
- **Sítio Praça XV** – sítio arqueológico histórico, registrado em 1996. Localizado na rua 1º de Março, Praça XV, Mercado, Av. Alfred Agache no centro do Rio de Janeiro. As ocorrências integram a área central da Praça XV. O local também foi conhecido como Terreiro do Carmo, Largo da Polé e Largo do Paço. Encontra-se parcialmente destruído.
- **Sítio Antigo Cais** – sítio arqueológico histórico, registrado em 1986. Sítio já pesquisado no Projeto Antigo Cais da Praça XV. Encontra-se parcialmente destruído.
- **Sítio Casa do Trem** – sítio arqueológico histórico com vestígios de edificações, registrado em 1984. Localiza-se na Praça Marechal Âncora – Museu Histórico Nacional.
- **Sítio Paço Imperial – Casa da Moeda** – sítio arqueológico histórico, com a descrição e delimitação de prédio com três pavimentos, registrado em 1983. Localizado anexo à Praça XV de Novembro.
- **Sítio Ilha de Villegagnon** – sítio arqueológico histórico, registrado em 1976. Localiza-se na Ilha de Villegagnon – Escola Naval. Designações anteriores: Forte do Coligny – Ilha de Serygipe (1555). O sítio encontra-se destruído.
- **Sítio Jardim das Princesas** – sítio arqueológico histórico, registrado em 1995. Localizado na Quinta da Boa Vista, s/n – São Cristóvão. Esse sítio foi pesquisado, contendo 10 complementações na ficha de registro.

Na ADA foram registrados 04 (quatro) sítios arqueológicos (anexo 3 – Planta 40):

- **Sítio Posto de Abastecimento de combustíveis Santo Cristo** – sítio arqueológico histórico com vestígios de muro de pedras. Durante a escavação do *Projeto de Monitoramento Arqueológico em obra de remediação de solo, Posto Santo Cristo*, também foi encontrado vestígios de louças, metal, material construtivo, ossos de animais e vidro. O sítio foi registrado em 2009. Localiza-se na Rua Santo Cristo, nº 198 – Santo Cristo.
- **Sítio Cemitério da Gamboa** – sítio arqueológico histórico. Localiza-se na Rua Pedro Ernesto, 36 – Gamboa, registrado em 1996. Esse sítio foi alvo de salvamento arqueológico.
- **Sítio São Francisco da Prainha** – sítio arqueológico histórico. Situa-se na encosta do Morro da Conceição voltada para o mar, entre a Praça Mauá e Praça Jornal do

Comércio, em plena malha urbana do centro antigo da cidade (Rua Sacadura Cabral, Largo da Prainha). Localiza-se sob o adro posterior da igreja de São Francisco da Prainha, construída no século XVIII (1738), em substituição à capela da Ordem de São Francisco da Penitência destruída em 1710 durante a invasão francesa. Com exceção do adro fronteiro à Rua Sacadura Cabral, o entorno da igreja é composto por residências unifamiliares de um e dois pavimentos que integram a área de proteção cultural (APAC) do SAGAS (Saúde/Gamboia/Santo Cristo e parte do Centro). Outras designações do sítio e/ou da localização: Morro da Conceição. O sítio foi registrado em 2000.

- **Sítio Metropolitano do Rio de Janeiro – Central do Brasil** - sítio arqueológico histórico. Localiza-se na Estação Ferroviária Central do Brasil, registrado em 1973. Encontra-se destruído.



Anexo 3: Planta 40

A partir desse diagnóstico, constatamos que os sítios arqueológicos, tanto da ADA quanto da AID, são históricos. Não há nenhum registro no IPHAN de sítio arqueológico pré-histórico, caracterizando a necessidade de pesquisas nessa região.

Todos os sítios localizados na ADA foram encontrados durante a execução de obras na cidade, tendo sido pesquisados nesse período. Assim, há a necessidade de pesquisa arqueológica a qualquer movimentação de solo nessa região.

Consideramos o número de sítios arqueológicos registrado na ADA e na AIA reduzido, confirmando que as áreas são merecedoras de pesquisas mais aprofundadas para o conhecimento da história dos grupos que ocuparam aquele território, seja desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro, seja antes da chegada do europeu, pois como já discutido a arqueologia estuda as relações sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., das sociedades a partir da cultura material.

Em suma, a ADA e AIA são arqueologicamente desconhecidas, sendo indispensável as pesquisas arqueológicas na região.

12.2.3.4 – A ocupação dos diversos grupos sociais ao longo dos séculos no Rio de Janeiro

Tendo-se em vista a área do empreendimento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que contempla especialmente essa região, a fim de que possamos compreender qual e como foi a ocupação dos diversos grupos sociais ao longo da história do Rio de Janeiro. O conhecimento dessas ocupações, conforme já abordado, é de fundamental relevância para os eventuais bens arqueológicos que podem ser encontrados na área em questão, bem como para a confecção das plantas.

A ocupação *pré-histórica* na cidade do Rio de Janeiro, conforme artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional, do arqueólogo Paulo Seda, “ao que tudo indica inicia-se (...) do litoral, mais particularmente do Rio de Janeiro, com os primeiros sítios de coletores especializados de moluscos, o sambaqui.” (2003, p. 20). O sambaqui de Camboinhas, localizado no Estado do Rio de Janeiro é, até o momento, o mais antigo, datado de 7958±244 anos A.P.

Esses grupos existiram na costa litorânea da região sul e sudeste do Brasil e foram encontrados, conforme Gaspar (2004, p. 37) no litoral baiano, em Alagoas, Piauí, Maranhão e Pará. Também são conhecidos sambaquis no baixo Amazonas e recentemente foram descobertos sítios no Xingu.

Não temos conhecimento de relatos sobre esse tipo de sítio arqueológico na área do empreendimento. No entanto, essas ocupações integraram a paisagem do litoral da cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa constatação, acreditamos que no momento da pesquisa

arqueológica, uma investigação mais acurada sobre a ocupação pré-histórica na ADA possa encontrar vestígios e contribuir para o conhecimento arqueológico da região.

Quando o europeu chegou na Baía de Guanabara, ela era ocupada por nativos que viviam em tribos. Existem relatos, crônicas, cartas e outros documentos escritos por missionários, cronistas, viajantes, entre outras autoridades européias, sobre os grupos que aqui viviam. As descrições dos lugares onde ficavam os grupos indígenas são incompletas, o que torna difícil determinar a sua localização⁴. Conforme BESSA e MALHEIROS (1997):

Para algumas áreas, as informações da época são mais precisas. O cosmógrafo francês André Thevet, por exemplo, elaborou um mapa da Ilha do Governador, onde aparecem, só aí, cerca de 36 tabas. Era nesta ilha que ficavam as aldeias Parapanapucuhy, Pindó-usú, Koruké, Pirayijú, Coranguá. Outro cronista francês, Jean de Léry, num levantamento parcial, encontrou em torno da Baía de Guanabara um total de 32 aldeias tupis entre 1550 e 1560. Depois, novas listas, também parciais, foram feitas por missionários e cronistas portugueses, acrescentando outras povoações.

O primeiro nome da lista de Léry é a aldeia Kariók ou Karióg, situada no sopé do morro da Glória, na foz do rio Carioca, o rio sagrado dos Tamoios que tinha, além dessa, uma segunda foz, mais caudalosa, na praia do Flamengo, onde localizava-se outra aldeia, chamada Urusúmirim ou Abruçumirim. O Pão de Açúcar também estava cercado por aldeias indígenas. Três delas situadas ao lado do Morro da Babilônia: Jaboracyá, Eyrámiri, Pana-ucú. Duas - Japopim e Ura-uassú-ué - quase em frente ao penedo.

Entre o Pão de Açúcar e o Morro da Viúva, ficava a aldeia Okarantim. No caminho para o rio Carioca, a aldeia Tantimã. Na barra da Tijuca, a aldeia Guiraguadú-mirim. A aldeia Maracajá, na ilha do Fundão, era ocupada pelos Temiminó.

A lista continua. Próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas existia uma aldeia chamada Kariané. Distribuídas pelos morros de Santa Tereza e Santo Antônio, as aldeias de Katiuá, Kiriri, Anaraú e Purumuré. Na região ocupada hoje pelos subúrbios ao longo da Central do Brasil existiam dezenas de aldeias, entre as quais Pavuna,

⁴ BESSA, J. R e MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. 1997. http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_04.html. Acesso em outubro/2009.

Irajá, Catiú, Savigahy, Taly, Uepeé, Itauá, Uery, Acorosó, Margavia, Sarapú, Iraramem, Sapopema.

Do outro lado da baía, em Niterói, existiam também muitas aldeias, algumas das quais foram registradas em documentos históricos, como Icaraí, Itauna, Nurucuné, Arapatué, Urapué, Uraramery, Caranacuy.

Infelizmente nenhum dos relatos citados por BESSA e MALHEIROS localiza indígenas na região da ADA e AIA, embora deixem claro que houve uma intensa ocupação indígena na Baía de Guanabara, tornando-se importante o aprofundamento da pesquisa arqueológica na região do empreendimento.

A expedição portuguesa chegou à Baía de Guanabara em 1531, comandados pelos irmãos Pero Lopes de Souza e Martim Afonso de Souza, que tinham a missão de reconhecer a costa brasileira e combater os invasores estrangeiros, principalmente os franceses. Permaneceram por três meses e deixaram um marco simbólico de posse das terras: a construção da primeira casa portuguesa da Guanabara.⁵

Com o abandono da região pelos portugueses, os franceses juntamente com os aliados Tupinambás, em 1555, se apossaram das terras para colocar em prática o projeto da França Antártica no Brasil.

Portugal tentou por 5 anos negociações com os franceses para a retirada dos invasores, sem sucesso. Então envia para Guanabara, em 1560, uma esquadra comandada pelo governador geral do Brasil, Mem de Sá, que destruiu as fortificações dos franceses.⁶

Mesmo com a vitória de Mem de Sá, alguns poucos franceses e os aliados Tupinambás voltaram a ocupar a orla da baía, com a construção de duas fortificações, uma na região da Carioca (Forte de Uruçu-Mirim) e outra na ilha do Gato, depois denominada Governador (Forte de Paranapuan).⁷

Sob o comando de Estácio de Sá, partiu de Lisboa uma esquadra que desembarcou na Guanabara, em 1565, na altura do sopé do morro Cara de Cão, atualmente Urca, local onde instalou-se a cidade provisória São Sebastião do Rio de Janeiro.

⁵ CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 21

⁶ Ibid., p. 22

⁷ Ibid., p.22

Após o seu estabelecimento, “Estácio de Sá organizou-lhe uma mínima estrutura político-administrativa e judiciária. Foram então, nomeados o ouvidor, o escrivão de sesmaria, o tabelião e outras autoridades. Constituída essa estrutura básica, deu-se o início à distribuição das terras em forma de sesmarias, tendo em vista o desenvolvimento da futura cidade.” (CAVALCANTI, 2004, p. 23)

Como sítio definitivo da cidade, Estácio escolheu a sesmaria pública da Carioca. Mas para a realização dessa tarefa teria que expulsar os invasores franceses e seus aliados Tupinambás que ali estavam, na fortaleza Uruçu-Mirim. Durante 23 meses, vários conflitos ocorreram entre portugueses e invasores.

Com a chegada do reforço português em 1567, ocorreu um violento combate em Uruçu-Mirim, com vitória dos portugueses. Entre os mortos e feridos estava o fundador da cidade Estácio de Sá, que faleceu alguns dias após a batalha.

O segundo combate, também com vitória dos portugueses, ocorreu na Ilha do Gato, onde os inimigos estavam aquartelados na fortaleza de Paranapuam.

Após a morte de Estácio de Sá, a responsabilidade de transferir a cidade para um local definitivo passou a ser de Mem de Sá. Então, o sítio escolhido por ele foi o Morro do Descanso, posteriormente denominado de Morro do Castelo.

A decisão da mudança da região da Carioca para o Morro do Descanso baseou-se na estratégia de defesa militar da cidade. No entanto, essa troca gerou problemas para o crescimento da cidade.

Se o sítio no alto do morro, (...), apresentava vantagens do ponto de vista estratégico-militar, padecia de outro lado de sérios problemas limitadores do crescimento e futuro desenvolvimento da cidade. Isso porque eram escassas as fontes de água, exíguas as áreas planas ou de declividade suave que permitissem a implantação das edificações, além de o solo apresentar composição propícia ao desmoronamento caso se realizassem grandes cortes em suas encostas. (CAVALCANTI, 2004, p. 26)

As regiões próximas ao Morro do Castelo eram formadas por lagoas, charcos, manguezais e terrenos baixos que não permitiam a ocupação imediata.

Para a circulação da população foram criados caminhos. Eles ligavam o morro com a várzea e com a orla marítima (porto). Outro caminho importante aberto foi até a fonte da Carioca, devido à busca pela água potável. Além desses, surgiram as ladeiras da Misericórdia, do Castelo e a do Poço do Porteiro, ou da Ajuda.⁸

Conforme CAVALCANTI, (2004, p. 27):

Em 1590 os monges beneditinos recém-chegados à cidade ocuparam o alto do morro existente na sesmaria que lhes fora doada por Manoel de Brito Lacerda. Nele já existia uma capela edificada por Aleixo Manoel (o velho) em 1582, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Um outro morro já conhecido na época pelo nome de Santo Antônio, em homenagem à capela existente na área que lhe era dedicada, foi destinado em 1591 aos frades carmelitas. Preferiram esses religiosos repassar essa propriedade para os frades franciscanos que lá se instalaram em 1607. Um pouco mais afastada desse morro voltada para a direção sul, o devoto Antônio Gomes do Desterro construiu em sua propriedade uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro que emprestou seu nome à região de entorno. Outro devoto, Miguel Carvalho Cardoso, edificou uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição no alto do morro pertencente ao padre Salsa, local que passou a ser conhecido pelo mesmo nome da santa. Na direção sudoeste, depois do mangue de São Diogo, os jesuítas construíram em sua sesmaria um engenho, já ativo em 1579, uma casa de recreio e uma capela. Todos esses pontos deram origem a novos caminhos, cujos trajetos passariam de preferência por trechos de terrenos secos ou que exigissem o menor volume de obras e, conseqüentemente de recursos. Seus traçados, bem como as larguras e o alinhamento que iam adquirindo, expressavam os imperativos da natureza.

A partir da malha urbana constituída, a população inicia a ocupação das laterais desses morros e sempre que necessário, aterrando as áreas alagadiças. Dessa forma, entra em decadência o núcleo constituído no Morro do Castelo. Inclusive, em 1637, os vereadores deliberaram a construção da Casa da Câmara e Cadeia na parte baixa da cidade.

⁸ Ibid., p. 27

Devido às dificuldades para o povoamento das regiões alagadas, a urbe cresceu lentamente ao longo do tempo. Contudo, essas áreas eram constituídas de sesmarias e/ ou chácaras.

Conforme aponta CARDOSO *et al*, (1997, p. 14):

A necessidade que os primeiros povoadores do Rio tiveram de transformar o meio ambiente para torná-lo habitável enquanto cidade constituiu um verdadeiro desafio, numa época de precaríssimos meios tecnológicos e muita pouca disposição para se perder tempo com tudo aquilo que não trouxesse um ganho imediato. Na verdade, a cidade cresceria muito lentamente, até mesmo penosamente, demorando três séculos para extravasar o núcleo central, berço do seu nascimento.

Até mesmo a área que corresponde aos atuais bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, (...), contígua ao centro histórico, já ocupada no princípio do século XVII, só seria efetivamente urbanizada ao longo do século XIX.

No século XVII, conforme PINHEIRO e RABHA, (2004, p. 17) havia uma população esparsa de pescadores do Morro do São Bento ao Morro do São Diogo.

Como a Prainha até São Cristovão eram áreas de sesmarias, havia negociações para a implantação de chácaras. Conforme CARDOSO, *et al*. (1987, p. 25):

(...) o número de chácaras e os negócios com a terra se multiplicaram por toda a área. Em seu *Extractos de Manuscriptos sobre Aforamentos*, Restier Gonçalves afirma que 'no século XVIII, toda a região litorânea do recôncavo – desde a Prainha até São Cristovão – estava ocupada por vastas chácaras com moradias confortáveis. Importantes roças cobriam os vallados e montes – notadamente os cannaviães de São Diogo, ainda batido pelo mar.' (1987, p. 25)

Ao longo do século XVIII, as chácaras continuavam sendo implantadas. Essas ganham espaço e se consolidam nesse período no alinhamento dos morros que começa no da Conceição e termina no de São Diogo.

A transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763 intensificou o processo de urbanização, com as áreas alagadiças sendo dessecadas para melhor expansão comercial.

Com o aumento da população, a cidade se expandiu “tanto na direção sul (Lapa e Glória), quanto na direção oeste (em direção ao Campo de Santana) e na direção norte (alinhamento Conceição/Providência).” (CARDOSO *et al.* 1987, p. 27)

As atividades portuárias, ainda no século XVIII, estavam em desenvolvimento no litoral da Prainha e da Saúde, em sua maior parte entre os Arsenais da Marinha e de Guerra.⁹

A transferência do mercado de escravos em 1769, da rua Direita (centro) para o Valongo, foi importante para o desenvolvimento comercial de escravos na região:

O rico negócio com a mercadoria negra atraiu para o local uma série de atividades de benefícios: criou-se um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros; várias atividades comerciais surgiram para apoiar os negócios com escravos; foi construído um cemitério – próximo ao Valongo, na atual rua Pedro Ernesto – para o enterro dos negros mortos no mercado, e vários melhoramentos urbanos foram realizados no local. Os brejos praianos começaram a ser dessecados, a rua do Valongo foi melhorada, facilitando as condições de tráfego, e várias ruas foram abertas próximas ao mercado de escravos, destacando-se a do Livramento, que ligava a Saúde a Gamboa, possibilitando a ocupação desta nova área, que se limitava, então, a algumas chácaras com pequena população. (1987, p. 29)

Ainda durante o século XVIII, alguns caminhos se consolidaram na região, principalmente nos Morros da Conceição e do Livramento. Algumas construções, sobretudo as religiosas, surgiram, como é o caso das igrejas da Conceição, de São Francisco da Prainha, da Saúde, de Nossa Senhora do Livramento, a Casa do Bispo e a Fortaleza da Conceição. Entretanto, somente a partir do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro começa a sofrer mudanças significativas. Entretanto, o Morro da Saúde, do Livramento, de Paulo Caiero e de São Diogo ainda possuíam características rurais¹⁰.

⁹ CARDOSO, E. *et. al.* **História dos Bairros**: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 104.

Com a chegada da Família Real em 1808, as transformações, principalmente no porto, ocorreram devido à abertura dos portos ao comércio para as chamadas “bandeiras amigas”.

A Prainha e a praia do Valongo (que durante o século XIX foi perdendo gradativamente essa denominação, sendo seu nome confundido com a praia contígua, a da Saúde) experimentaram uma enorme expansão nas suas atividades, que progressivamente foram atingindo as praias vizinhas, a da Gamboa e a do Saco do Alferes. A construção de trapiches, depósitos e pontos de atracação intensificou-se em todo esse trecho do litoral carioca. (CARDOSO *et al.*, 1987, p. 45)

A região de São Cristovão também foi beneficiada com a instalação da Família Real na Quinta da Boa Vista. Os caminhos que ligavam o Paço a essa região começaram a receber melhorias públicas, aterrando locais irregulares que impediam a carruagens da corte e beneficiando os caminhos ao Saco do Alferes e à Praia Formosa.¹¹

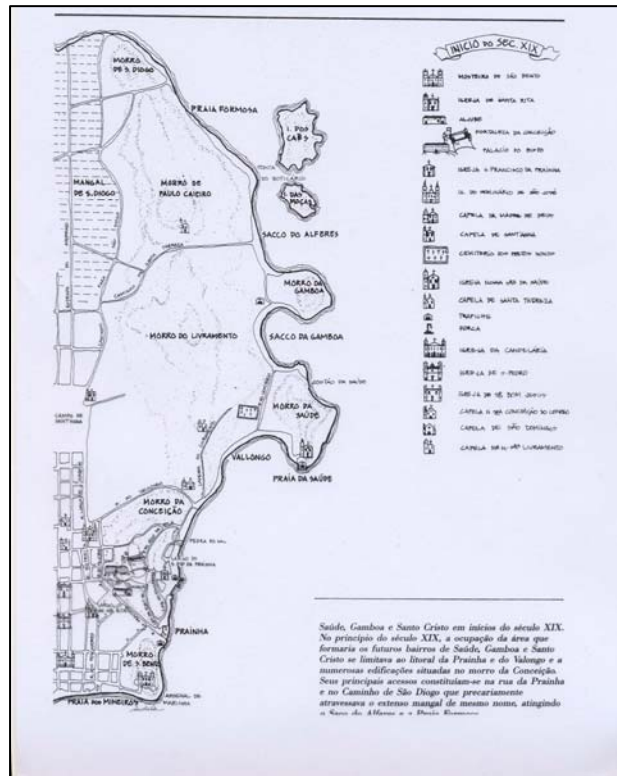
Outro fator que colaborou para a urbanização dessa região nesse período foi a produção de café.

Por volta de 1830 registrou-se um enorme desenvolvimento nos embarcadouros do litoral que se estendiam da Prainha à Gamboa, graças à instalação dos armazéns para a exportação do café na Prainha, os antigos ocupantes, traficantes e atravessadores, como eram considerados foram sendo despejados, ao mesmo tempo em que a maioria das pontes de atracação construídas no século anterior era substituída por grandes armazéns de café. Essas edificações estendiam-se da Prainha pela rua de São Francisco da Prainha e imediações. (CARDOSO *et al.*, 1987, p. 51)

A chegada da Corte e a exportação do café geraram as mudanças significativas na urbe nessa região, com a abertura de ruas, aterros na orla para permitir a construção de novos cais e melhoramentos de ruas, modificando significativamente a paisagem da região.

¹⁰ *Ibid.*, p. 37

¹¹ *Ibid.*, p. 46



Fonte: CARDOSO, E. et al. História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 38



Fonte: CARDOSO, E. et al. História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 39.

Os morros da Saúde e Conceição começaram a ser ocupados por moradias com a abertura de pequenos becos e travessas em suas encostas. “No morro do Livramento, o beco das Escadinhas passou a contar com suas primeiras casas urbanas. Esse morro, onde predominavam grandes chácaras, era, já nessa época, ponto de encontro de grupos populares como os capoeiras. (CARDOSO *et al.*, 1987, p. 55).

A partir de 1850 as freguesias do centro passaram por grandes modernizações. Na freguesia da Candelária estavam as casas comerciais, parte do comércio importador, bancos e companhias de navegação.

Por volta de 1850, no bairro da Saúde, inaugurou-se a Praça da Harmonia (atual Praça Coronel Assunção) e, nas suas proximidades, se instalou o Mercado da Harmonia. Havia um grande movimento comercial, conhecido como distrito do Livramento, que compreendia as ruas entre as praias da Gamboa e do Valongo, entre os morros da Saúde e Livramento.¹²

Em relação às atividades comerciais na região, conforme CARDOSO *et al.*, (p. 72):

Em 1839, a maior parte dos estabelecimentos situados desde a rua da Prainha, atual Acre, até os lados do morro do Livramento, passando pelas ladeiras do morro da Conceição, era constituída por tabernas (...). eram também numerosos os armazéns de mantimentos e de madeiras, o talho de carne de vaca e de porco, o barbeiro, a quitanda de verduras, a quitanda para medidas pequenas e a padaria.

Já em 1852 não há referências sobre tabernas na região, mas existe a presença de armazéns, principalmente de madeira, mantimentos e molhados, aparecendo, inclusive, grandes números de armazéns de café, localizados exclusivamente na atual Visconde de Inhaúma e em suas transversais.

Por outro lado, era na região do centro que se concentrava as residências populares mais miseráveis.¹³

¹² *Ibid.*, p. 69

¹³ ABREU, M. A., **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2ª ed. RJ: IPLARIO, 1997.

Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central.

A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase anualmente na cidade a partir de 1850. (ABREU, 1997, p. 42)

Esse tipo de habitação se concentrou nas freguesias periféricas ao centro de negócios, como Santana, Santo Antônio, São José e Santa Rita.

Também foi durante o século XIX, mais precisamente em 1858, que intensificou o processo de expansão da malha urbana com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), passando então a ocupação de freguesias suburbanas. Entretanto, nos bairros São Cristovão, Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido, a circulação do bonde iniciou em 1860.¹⁴

Após 10 anos do início da operação da estrada de ferro, a costa da Prainha à Praia Formosa estava ocupada.

O litoral do Saco do Alferes foi dividido em terrenos um pouco menores que os das praias vizinhas, abrigando trapiches e armazéns, e em lotes bem pequenos, onde foram construídos prédios residenciais e comerciais. O antigo largo do Gambá, situado à beira-mar, no começo da rua da América, recebeu, em 1878, a denominação da praça do Santo Cristo, por estar sendo construída no local uma capela sob a invocação desse santo. (CARDOSO e. *al.*, 1987, p. 71)

A preocupação de melhoramentos da cidade, na região central, foi percebida desde 1875, quando o Estado era aconselhado a realizar a abertura e o alargamento de ruas, a construir novas praças a fim de melhorar as condições higiênicas, a harmonizar as construções para haver mais ventilação nas casas e escoar as águas pluviais. Essas transformações vão efetivamente acontecer no início do século XX, na administração Pereira Passos.¹⁵

¹⁴ *Ibid.*, p. 43

¹⁵ *Ibid.*, p. 49

militar. Começava aí um processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século, e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca. (ABREU,1997, p. 50)



Área onde localizava-se o Cortiço Cabeça de Porco. Construção do túnel João Ricardo em 1922. Morro do Livramento. Fonte: CARDOSO, E. *et al.* História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 94

O início do século XX foi marcado pela administração de Pereira Passos e foi um período de grandes transformações na cidade, adquirindo características novas. Não podemos esquecer que algumas mudanças foram realizadas pela União, evidenciando a política de modernização da cidade.

O governo federal ficou responsável pela construção do porto e pela abertura das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, em aterro, para dar acesso ao porto. Essas intervenções não foram drásticas em termos sociais, pois não houve muitas demolições.¹⁶

O conjunto de obras do porto compreendia, além da construção do novo cais, o aterro do litoral da Prainha, do Valongo e dos sacos da Gamboa e do Alferes, da Praia Formosa e ainda do prolongamento do canal do Mangue até o mar. Sobre o espaço aterrado foram construídas duas largas avenidas interligadas: a Rodrigues Alves, ao longo do cais, e a Francisco Bicalho, às margens do canal. A imensa superfície restante foi urbanizada segundo padrões modernos: ruas largas, quadras regulares, traçado ortogonal, lotes de grandes dimensões. O

¹⁶ Ibid., p. 63

vivo contraste entre essa ocupação e a anterior ficou patente na área em particular na Sacadura Cabral, claro limite entre o velho e o novo. (CARDOSO *et al.*, 1987, p. 101)

A abertura da Avenida Central (atual Rio Branco) foi a mais importante em termos de transformação urbana. Para sua construção, foram demolidas duas mil casas e muitas com famílias numerosas.¹⁷

As demais mudanças ocorridas na cidade, como o alargamento e abertura de novas ruas, destruíram cortiços, armazéns e trapiches numa extensão aproximada de 13 ha, também fez com que grande parte da população fosse “forçada a morar com outras famílias, a pagar aluguéis altos (devido à diminuição da oferta de habitações) ou a mudar-se para os subúrbios, já que pouquíssimas foram as habitações populares construídas pelo estado em substituição às que foram destruídas”. (ABREU, 1997, p. 66)

Para o alargamento da Rua da Prainha, foram derrubadas todas as casas do lado ímpar e, ao final da obra, desapareceram dois monumentos históricos da região: o Aljube e a estação das barcas da Prainha. A rua passou de 6,5m para 17m, dando lugar à rua do Acre.¹⁸



Antiga Rua da Prainha início do século XX, atual Rua do Acre. Fonte: CARDOSO, E. *et al.* História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 73.

Conforme CARDOSO *et al.*, (1987, p. 105):

¹⁷ *Ibid.*, p. 63

¹⁸ CARDOSO, E. *et al.* **História dos Bairros:** Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Index. 1987, p. 104.

Outra intervenção violenta ocorreu na Rua Camerino, que foi alargada para 17m e prolongada para dar continuidade à Avenida Passos. A concretização desse projeto exigiu a demolição de quase todos os prédios existentes e o corte de pequeno trecho da encosta do morro da Conceição. Para evitar o deslizamento do morro, foi construído um alto muro de sustentação e a encosta foi ajardinada dando origem ao Jardim do Valongo.

Como consequência dessas ações, os morros do centro da cidade, Providência, Santo Antônio e outros, “passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela” (ABREU, 1997, p. 66). Entretanto o morro da Providência já havia sido ocupado desde 1897 pelos militares de baixa hierarquia vindos de Canudos.

Após essa reestruturação urbana ocorrida no século XIX e início do XX, a região do porto sofreu um período de estagnação, acentuando as características existentes. Segundo Cardoso *et al.* (1987, p. 128):

Os bairros portuários ficaram, de certa maneira, à margem da cidade, no tempo e no espaço. No tempo, porque enquanto a cidade se modernizava através da verticalização da área central e de bairros como Copacabana, na Saúde, na Gamboa e no Santo Cristo as formas se cristalizavam, as atividades permaneciam, as tradições se perpetuavam. Marginalizados também no espaço, pela sua própria conformação geográfica.

Em 1929 foi construído, na Praça Mauá, no terreno do antigo Liceu, o edifício A Noite, o mais alto da América Latina na época. Por volta de 1930, desenvolveu-se ali um centro de boemia, com abertura de bares no bairro da Saúde. Em contrapartida, o espaço do Morro da Conceição continuou com a pacata vida interiorana.¹⁹

Assim, na década de 1940, ocorreu outra intervenção drástica na cidade: a construção da Avenida Presidente Vargas, que ligava a Avenida Rio Branco aos acessos da cidade. Concluída em 1944. A intenção da abertura dessa via, “além de se constituir em corredor

¹⁹ Ibid., p.140 e 141

principal de transporte pensava-se, na época, que essa avenida viria a ser também o eixo de expansão da área central de negócios (...).” (CARDOSO *et al.* 1987, p. 133)

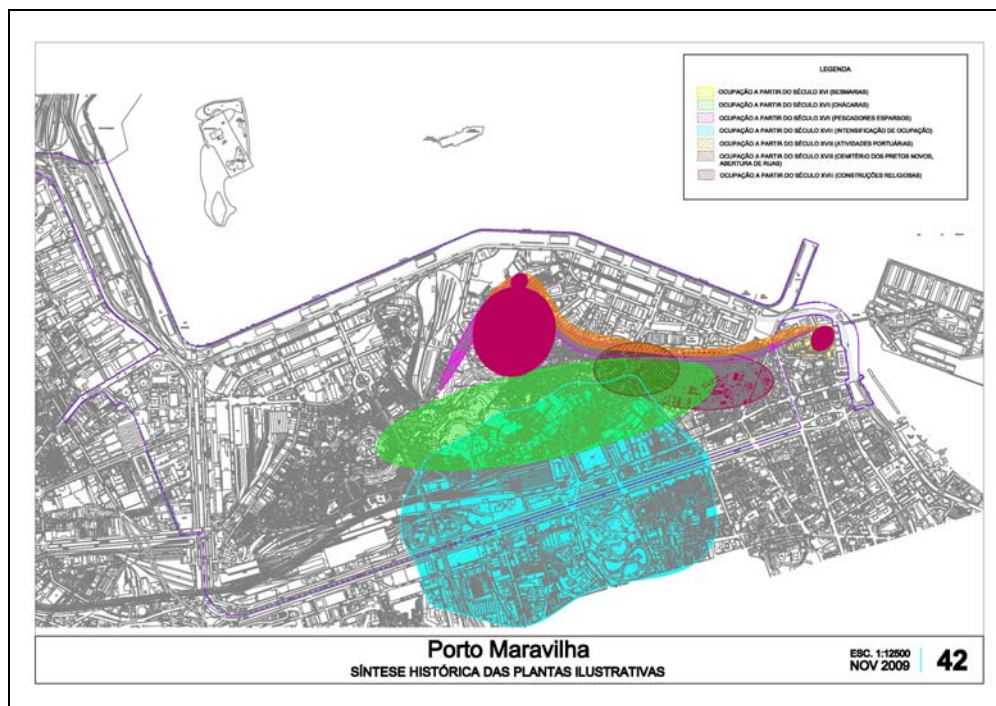
Outra importante obra para a região portuária foi a construção da Avenida Perimetral, nas décadas de 1960 e 1970. Trata-se de “viaduto elevado que se estende ao longo de toda a zona portuária (a antiga e a nova), desde a ponta do Calabouço até São Cristovão, onde faz conexão com um sistema de outras vias elevadas de acesso direto à avenida Brasil e a Ponte Rio-Niterói”. (CARDOSO *et al.*, 1987, p. 133)

Essas foram algumas das importantes intervenções ocorridas na região portuária do Rio de Janeiro. Juntamente com a transformação da ocupação dos grupos sociais na área.

A partir desses apontamentos fica evidente, que não temos aqui a intenção de abarcar toda a história daquela região, como já explicitado no início desse trabalho, mas que possamos demarcar nas plantas as manchas de ocupação humana na região.

12.2.3.5 – Síntese Histórica das Plantas Ilustrativas

Esse tópico é um resumo do levantamento histórico realizado, a fim de um diálogo entre o texto e as manchas de ocupação que farão parte das plantas ilustrativas. Assim dividimos essa síntese por séculos, iniciando com os indígenas até o século XX.



Síntese Histórica das Plantas Ilustrativas

12.2.3.6 – Indígenas

Não conseguimos demarcar nenhuma ocupação pré-colonial na área do empreendimento (AIA e ADA), no entanto esses grupos estiveram presentes na Baía de Guanabara. Essa afirmação só nos leva a crer na necessidade de estudos mais aprofundados nessa região.

12.2.3.7 – Século XVI

As sesmarias distribuídas logo no início da colonização não podem ser demarcadas a partir dos autores trabalhados. Mas podemos afirmar que na região do empreendimento as sesmarias estavam presentes.

A AIA e ADA do empreendimento eram formadas por áreas alagadas e morros.

Os morros de sesmarias dos beneditinos (São Bento), Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio já estavam ocupados nesse século pelos religiosos e sesmeiros.

Após o mangue de São Diogo, na sesmaria dos jesuítas, foram construídos por eles um engenho.

12.2.3.8 – Final do século XVII

Instituídas as chácaras nas sesmarias entre a Prainha e São Cristovão.

Também havia chácaras no alinhamento dos morros Conceição e São Diogo.

A população de pescadores era esparsa entre os morros São Bento e São Diogo.

12.2.3.9 – Século XVIII

Intensificação da ocupação em direção ao Campo de Santana devido à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Desenvolvimento das atividades portuárias no litoral da Prainha e da Saúde, principalmente entre os arsenais da Marinha e de Guerra.

Em 1769, dá-se a transferência do mercado de escravos para o Valongo. Constrói-se o cemitério dos pretos novos (rua Pedro Ernesto), desseca-se os brejos praianos, há melhorias de ruas como do Valongo, abertura da rua do Livramento que ligava a Saúde a Gamboa, possibilitando a ocupação dessa região. Até então, eram locais de chácaras com pequena população.

Caminhos se consolidavam entre os morros da Conceição e do Livramento.

Começaram a surgir as construções religiosas como: Conceição, São Francisco da Prainha, da Saúde, Nossa Senhora do Livramento, a Casa do Bispo e a Fortaleza da Conceição.

12.2.3.10 – Século XIX

Aumento populacional durante o século XIX.

Os morros da Saúde, Livramento, Paulo Caiero e São Diogo ainda tinham características rurais.

Com a chegada da Família Real e a abertura dos portos às “bandeiras amigas”, a Prainha e a praia do Valongo sofreram uma enorme expansão nas atividades portuárias, expandindo para as praias de Gamboa e a do Saco do Alferes, tais atividades. Havendo construções de trapiches, depósitos e pontos de atracação em todo o trecho do litoral carioca.

A região de São Cristóvão sofreu melhorias de vias públicas com a instalação da Corte na Quinta da Boa Vista, beneficiando os caminhos ao Saco do Alferes e a Praia Formosa.

Em 1830, o litoral entre a Prainha e a Gamboa se desenvolvia, devido à exportação do café. Foram expulsos os antigos traficantes. As pontes de atracação foram substituídas por armazéns de café. Essas edificações estendiam-se da Prainha pela rua de São Francisco da Prainha e imediações.

Morros da Saúde e Conceição eram ocupados por moradias com abertura de pequenos becos e travessas em suas encostas.

O morro do Livramento passou a ter as primeiras casas urbanas. O local era ponto de encontro de grupos populares como os capoeiristas.

Em 1850, na freguesia da Candelária se concentrava as casas comerciais, os bancos e Companhia de Navegação. No bairro da Saúde, inaugurou-se a Praça da Harmonia e o Mercado da Harmonia. Havia uma concentração comercial que se estendia entre as praias da Gamboa e do Valongo e entre os Morros da Saúde e Livramento.

As residências populares mais miseráveis (os cortiços) aumentavam, concentrando-se nas freguesias de Santana, Santo Antônio, São José e Santa Rita.

Em 1858, inaugurou o primeiro trecho da Estrada de ferro Pedro II, atual Central do Brasil.

Dez anos após a instalação da Estrada de Ferro, a costa da Prainha à Praia Formosa estava ocupada.

O Saco do Alferes foi dividido em terrenos, abrigando trapiches e armazéns, além de prédios residenciais e comerciais.

Nas freguesias de Santana e Santo Antônio predominavam as atividades manufatureiras.

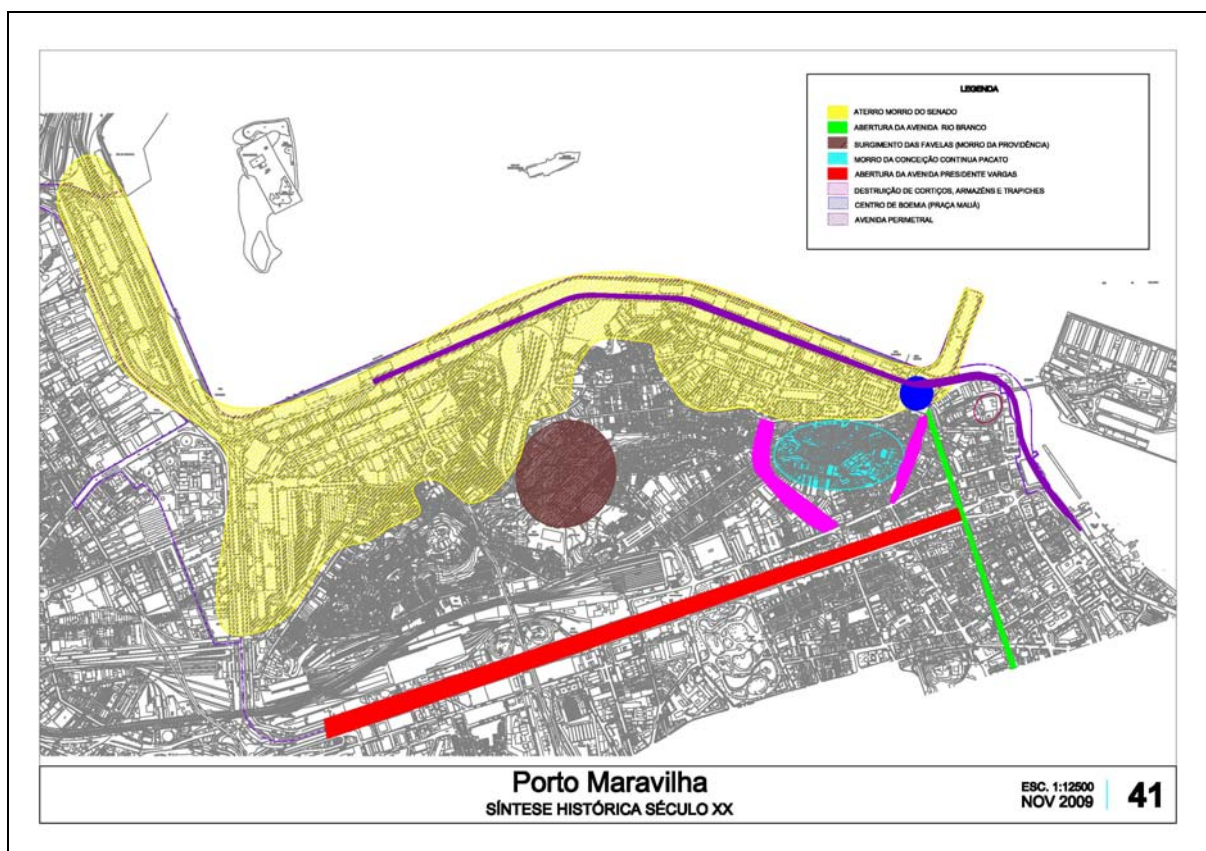
Na freguesia de Santa Rita, localizavam-se as casas comerciais de café, trapiches e estaleiros.

Em 1893 há uma verdadeira guerra contra os cortiços, dentre as destruições está o cortiço Cabeça de Porco.

12.2.3.11 – Século XX

Mudanças drásticas nas características da cidade, com várias demolições de residências, aberturas e alargamentos de ruas, modificando significativamente as relações sociais.

Houve o aterro do porto com as terras do Morro do Senado, atual Cruz Vermelha, modificando a paisagem da Baía de Guanabara, deixando os bairros, antes diretamente ligados a Baía, agora distantes.



Síntese histórica do Século XX

As obras compreenderam desde a construção do novo cais, ao aterro do litoral da Prainha, do Valongo, sacos da Gamboa e do Alferes, da Praia Formosa e do prolongamento do mangue até o mar.

Construíram duas avenidas no local aterrado: Francisco Bicalho e Rodrigues Alves.

A abertura da Avenida Central (atual Rio Branco) também causou transformações sociais, pois foram demolidas mais de duas mil casas.

Outras ruas foram abertas ou alargadas destruindo cortiços, armazéns e trapiches.

Exemplo: a rua da Prainha, atual rua do Acre, foi alargada; houve a demolição da Estação de Barcas da Prainha; a Rua Camerino foi alargada para 17m; surgimento das favelas no centro: Santo Antônio e Providência, essa última já favelizada desde 1897.

A região central sofreu uma estagnação após essas mudanças.

Por volta de 1930, há na Praça Mauá um centro de boemia. E a construção do prédio A Noite. O Morro da Conceição continuava pacato.

Na década de 1940 há a abertura da Avenida Presidente Vargas com a desapropriação de residências.

E, finalmente nas décadas de 1960/70 há a construção da Avenida Perimetral cortando os bairros portuários do Rio de Janeiro ocupados desde o período pré-colonial e início do colonial.

12.2.4 – INTERVENÇÕES PROPOSTAS PELA OUC DO PORTO DO RIO ASSOCIADAS AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A partir do diagnóstico e do levantamento histórico realizado na área do empreendimento, verificamos o potencial arqueológico da região com sucessivas ocupações durante os séculos.

É importante ressaltar que a área do empreendimento, a partir da chegada do europeu, foi ocupada mais intensamente pelos grupos sociais de classe baixa, estando muito presente a cultura africana e a classe trabalhadora que precisava se instalar nas proximidades do centro, onde se concentravam as áreas comercial, financeira e política.

A presença do negro na área do empreendimento é evidente, desde o período da instalação do mercado de escravos, da presença do cemitério dos pretos novos, dos trabalhadores negros libertos, inclusive na Pedra do Sal, onde se encontravam para exaltar seus deuses. Essa cultura ainda é muito presente na atualidade naquela região.

A classe trabalhadora que necessitava morar perto de seus trabalhos também contribuiu para a formação da região portuária. Havia os cortiços e, posteriormente, a formação das favelas. Percebe-se inicialmente a exclusão dessa região pelo Estado e, posteriormente a presença deste na expulsão da população que habitava os cortiços, sem instalação de novas residências para essa classe de trabalhadores.

É importante a pesquisa arqueológica na área do empreendimento, pois houve sucessivas ocupações para a formação da cidade do Rio de Janeiro atual. Trata-se de um momento único de fonte de conhecimento da região, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a população que ali reside.

A partir desse trabalho podemos incentivar o conhecimento da população sobre arqueologia, a história da cidade e da região para que possam, a partir desse reconhecimento, valorizar e preservar o patrimônio arqueológico.

Assim recomendamos que na ADA seja instalado um local de guarda do acervo arqueológico, bem como, o laboratório de análise desses vestígios e, que juntamente sejam realizadas ações educativas de valorização do patrimônio arqueológico, com a exposição do material recolhido durante as pesquisas.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A., **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro. IPLARIO, 1997.

BESSA, J. R.e MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. 1997. http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_04.html. Acesso em outubro/2009.

CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARDOSO, E. *et al.* **História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo**. Rio de Janeiro: Index. 1987.

GASPAR, M.D. **Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro**. Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NAJJAR, R. **Arqueologia Histórica**: manual/Rosana Najjar. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER, C. E. Jr. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução e apresentação Pedro Paulo Abreu Funari, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PINHEIRO, A. I. de F.e RABHA, N. M. de C. E. **Porto do Rio de Janeiro: Construindo a Modernidade**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio.

SEDA, P. **Uma História com muito mais de 500 anos**. IN: Anais do Museu Histórico Nacional. n° 35, p. 15-44, 2003.

TOCHETTO, F. e THIESEN, B. **A Memória Fora de Nós: A Preservação do Patrimônio Arqueológico em Áreas Urbanas**. IN: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n° 33, p. 174-199, 2007.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Legislação

Carta de Lausanne – ICOMOS/ICAHM de 1990 IN: Cartas Patrimoniais, 3ª ed. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004, p. 303-310.

Constituição Federal de 1988 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 15-21.

Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 99-107.

Lei n° 3.924, de 26 de julho de 1961 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 25-32.

Portaria do IPHAN n° 07, de 01 de dezembro de 1988 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 161-164.

Portaria do IPHAN n° 230, de 17 de dezembro de 2002 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 183-186.

Portaria do IPHAN n° 28, de 31 de janeiro de 2003 IN: Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 187-189.

DECRETO MUNICIPAL n.º 22.872, de 07 de maio de 2003.

DECRETO n.º 22.873, de 07 de maio de 2003.

12.2.5 – IMPACTOS PREVISTOS - SITUAÇÃO FUTURA

Todos os sítios arqueológicos registrados já foram pesquisados,

Constata-se, entretanto, que a partir dos estudos realizados, a área do empreendimento (ADA e AIA), demonstra possuir potencial arqueológico, e são necessárias medidas para não se destruam potenciais sítios que ainda foram encontrados.

Entende-se que a destruição de potenciais sítios arqueológicos poderá ocorrer na fase de planejamento e de instalação do empreendimento, pois nesses dois momentos poderá haver o revolvimento de solo.

Neste sentido, o impacto é permanente, irreversível e de grande relevância, merecendo recomendações para minimizar o impacto, conforme segue adiante.

12.2.6 – MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS

12.2.6.1 – Fase Planejamento

- Para as áreas identificadas como de potencial arqueológico na região do empreendimento, promover os estudos arqueológicos, que deverão contar com a análise mínima de documentos primários, iconográficos, cartográficos e bibliográficos.
- Caso seja realizada intervenção em solo, e existirem indícios de existência de potencial arqueológico, deverá ser realizado o monitoramento/acompanhamento arqueológico de campo, com o projeto de pesquisa arqueológica autorizado pelo IPHAN.
- Nos projetos de restauração, deve-se contratar profissional especializado para desenvolver o estudo do bem, a partir da análise mínima de documentos primários, iconográficos, cartográficos e bibliográficos.

12.2.6.2 – Fase Instalação

- Seja elaborado e executado o projeto de monitoramento/acompanhamento arqueológico em todas as áreas identificadas como de potencial arqueológico e que sofrerão revolvimento de solo, previamente autorizado pelo IPHAN.
- Seja elaborado e executado o projeto de monitoramento/acompanhamento arqueológico para todos os bens de interesse histórico, bem como, todos os bens tombados (federal, estadual ou municipal), previamente autorizado pelo IPHAN.

As medidas aplicadas para minimizar os impactos causados pelo empreendimento devem ser cumpridas tanto pelo empreendedor público quanto pelo privado.

12.2.7 – CONCLUSÕES

Entende-se que se forem adotadas as medidas mitigadoras recomendadas para as etapas de planejamento e de instalação do empreendimento, estarão atendidas as preocupações relativas à preservação do patrimônio arqueológico. Ainda assim, se na fase de operação do empreendimento forem verificados remanescentes de ocupação humana, recomenda-se seja feita o acompanhamento arqueológico para salvaguarda desses bens.